



REQUERIMENTO Número / (.^a)

PERGUNTA Número / (.^a)

Expeça - se

Publique - se

O Secretário da Mesa

Assunto:

Destinatário:

Exmo. Senhor Presidente da Assembleia da República

Considerando que:

1 – Foi divulgado que a Altice criou uma empresa para onde pretende transferir cerca de 2000 trabalhadores da área técnica, através de contratos de cedência ocasional.

2 – Inicialmente estava previsto que a 1 de junho estes trabalhadores da área técnica da Meo Serviços de Comunicações SA (Meo SA) deveriam ter deixado esta empresa e passar para uma outra, a Meo Serviços Técnicos, que também é detida a 100% pela Altice.

3 – Para operacionalizar esta mudança, a Altice contactou os cerca de 2000 mil trabalhadores para efetivarem a assinatura de acordos de cedência.

4 – Pelo que nos foi dado conhecer, a Altice terá prorrogado este prazo para outubro do presente ano, alegadamente, devido à indisponibilidade demonstrada pela esmagadora maioria dos trabalhadores em causa.

5 – O acordo de cedência ocasional é voluntário, exige a concordância do trabalhador e garante a quem o assina as mesmas condições contratuais à data da cedência, em termos de remuneração e benefícios.

6 – Alguns trabalhadores demonstraram ao CDS desconfiança da legalidade deste processo, nomeadamente dos contornos do mesmo.

7 – Foi-nos também comunicado por alguns trabalhadores que o Ministro do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social já tem conhecimento deste processo

Assim:

Tendo em conta o disposto no artigo 156.º, alíneas d) e e) da Constituição, e as normas

regimentais aplicáveis, nomeadamente o artigo 229.º, n.º 3 do Regimento da Assembleia da República, que fixa em 30 dias o limite do prazo para resposta;

O(a)s Deputado(a)s do CDS-PP, abaixo-assinados, vêm por este meio perguntar ao Ministro do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social, por intermédio de Vossa Excelência, nos termos e fundamentos que antecedem:

1. Confirma que tem conhecimento das dúvidas da legalidade e da motivação deste processo levantadas por alguns trabalhadores?
2. Que medidas de acompanhamento deste processo já tomou?
3. A ACT recebeu alguma queixa sobre este processo? Se sim, que procedimentos foram tomados?

Palácio de São Bento, 7 de junho de 2019

Deputado(a)s

JOÃO REBELO(CDS-PP)

FILIFE ANACORETA CORREIA(CDS-PP)